

ATA NÚMERO 333/XII/4.^a SL

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 256/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro.
2. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.
3. Concretização do processo parlamentar de audição sobre a dívida pública nos termos da [Resolução da Assembleia da República n.º 94/2014](#), de 12 de novembro.
4. Outros assuntos.

-
- 1. e 2. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 256/XII/4.^a (GOV) - Procede à reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro, e da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a (GOV) - Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e**

biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.

O Senhor Presidente da Comissão iniciou os trabalhos dando as boas-vindas às Senhoras e Senhores Deputados.

De seguida, o Senhor Presidente da COFAP explanou o contexto da convocatória da reunião, efetuada após requerimento do Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD).

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) apresentou uma proposta de calendarização da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 256/XII/4.^a (GOV) e da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a (GOV), contemplando a apresentação de propostas de alteração até dia 01 de dezembro, com votação na especialidade, em Comissão, no dia 03 de dezembro, de forma a que os diplomas entrem em vigor no dia 01 de janeiro de 2015.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) declarou que considera da maior importância que se efetuem audições que ainda não foram realizadas, dada a relevância da reforma em causa (no caso da Proposta de Lei n.º 256/XII/4.^a (GOV)).

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) afirmou que esperava que a votação global final se realizasse no dia 12 de dezembro, com a votação na especialidade em 10 de dezembro e que a entrada em vigor das Propostas de Lei em apreço em 01 de janeiro de 2015 não invalida que sejam apresentadas propostas de alteração até 08 de dezembro, com as datas para votação acima referidas. Alegou que estas datas conferem maior dignidade ao processo, tendo em conta a abertura manifestada pelo Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais para acolher as propostas de alteração dos Grupos Parlamentares da oposição.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) corroborou as intervenções dos Senhores Deputados João Galamba (PS) e Paulo Sá (PCP) e, de seguida, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) corroborou a intervenção do Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD).

O Senhor Presidente referiu, como elemento histórico, que o diploma que aprovou a reforma do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas foi publicado em 14 de janeiro de 2014 mas produziu efeitos a 01 de janeiro.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) evocou, em defesa do calendário proposto, a possibilidade de problemas informáticos que, eventualmente, possam criar instabilidade face às potencialmente necessárias alterações nas taxas de retenção do IRS.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Presidente perguntou se algum Grupo Parlamentar pretendia propor audições, ao que o Senhor Deputado João Galamba respondeu que pretendia as seguintes audições:

- Relativamente à Proposta de Lei n.º 256/XII/4.ª (GOV), a OTOC e a DECO;
- Relativamente à Proposta de Lei n.º 257/XII/4.ª (GOV), a APETRO, a ANTROP, a ANTRAM e o senhor Engenheiro Jorge Vasconcelos.

Submetida a votação, a proposta do Grupo Parlamentar do PS foi chumbada, com os votos a favor do PS, do PCP e do BE, e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) questionou os Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP se não se justificam, efetivamente, as audições propostas, tendo em conta a relevância da reforma, ao que o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) respondeu que já foram efetuadas audições.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) levantou uma questão relacionada com o tempo que sobra aos Grupos Parlamentares para analisar as propostas de alteração, uma vez que, apesar de não concordar com os prazos, o PCP que refletir sobre as propostas dos restantes Grupos Parlamentares.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) propôs então que as propostas de alteração possam ser apresentadas até 16h de 3.ª feira, dia 02 de dezembro, com discussão e votação das iniciativas legislativas e respetivas propostas de alteração no dia 04 de dezembro, pelas 10h.

O calendário proposto pelos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP foi submetido a votação, contando com os votos a favor do PSD/CDS-PP e com os votos contra do PS, do PCP e do BE.

3. Concretização do processo parlamentar de audição sobre a dívida pública nos termos da [Resolução da Assembleia da República n.º 94/2014](#), de 12 de novembro.

O Senhor Presidente questionou os Grupos Parlamentares sobre propostas de oradores para a Conferência parlamentar sobre dívida pública, a realizar-se no dia 16 de dezembro. Todos os Grupos Parlamentares apresentaram propostas de oradores, sugerindo o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) que as mesmas sejam remetidas por correio eletrónico, sugestão de imediato consensualmente aceite.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Ficou agendada para a reunião de 4.^a feira, dia 03 de dezembro, a discussão dos nomes propostos pelos Grupos Parlamentares.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) declarou que, havendo um debate marcado para dia 19 de dezembro, no plenário, com a presença da Senhora Ministra de Estado e das Finanças, a mesma não ocorrerá na Conferência parlamentar.

O Senhor Presidente solicitou que as propostas de oradores sejam remetidas até dia 28 de novembro.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco sugeriu que as propostas se encontrem já enquadradas no respetivo painel.

4. Outros assuntos.

Nenhum outro assunto foi suscitado.

A reunião foi encerrada às 15:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de novembro de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
João Galamba
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Vieira da Silva
António Gameiro
Hugo Velosa
Michael Seufert
Nuno Serra
Pedro Pimpão
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
João Paulo Correia
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos